



Mapas, vozes e cotidianos urbanos: como se espacializa a vida de crianças em uma escola pública no Rio de Janeiro¹

Vinícius de Luna Chagas Costa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro 

Jader Janer Moreira Lopes

Universidade Federal Fluminense 

<https://dx.doi.org/10.5209/soci.93362>

Recibido: 4 de enero de 2024 / Aceptado: 23 de abril de 2024 / Publicado: 27 de junio de 2024

Resumo: O presente artigo trata da investigação sobre as narrativas de crianças que circulam pela cidade do Rio de Janeiro e chegam ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). O contexto geográfico do CAp-UERJ não é de uma instituição de ensino regionalizada no bairro. Isso significa considerar os deslocamentos de seus estudantes, moradores de diversas regiões da região metropolitana, e as relações de movimento e liberdade que estabelecem com os espaços. Na tentativa de compreender as formas infantis de vivenciar o modelo espacial urbano e suas singularidades, buscamos estudar os caminhos cotidianos, territórios e paisagens. A ideia da pesquisa com crianças implica afirmar uma opção política mais horizontal, a partir da espacialização da vida dos estudantes. Lev Vigotski e Alexander Luria, teóricos da perspectiva histórico-cultural, foram os interlocutores no cotejo acerca da compreensão das crianças como seres de linguagem, estabelecendo um elo com a Geografia da Infância no que diz respeito a pensar a condição humana situada no espaço e no tempo, uma unidade. Como metodologia, trabalhamos a pesquisa qualitativa a partir da observação e registro das vivências espaciais infantis por meio de cartografias, notas de campo e rodas de conversa produzidas por estudantes de uma turma pertencente ao quinto ano do ensino fundamental. Marca-se, portanto, a condição de autoria das crianças através de suas múltiplas linguagens. A investigação permitiu identificar quais são os lugares infantis que se constituem na cidade e suas demandas por justiça existencial. Ao relatar as vivências com crianças dos anos iniciais, ganha relevo uma reflexão que contribua com os debates em torno da influência da localização geográfica na sociedade.

Palavras chave: Geografia da Infância; Vivência Espacial; Pesquisa com Crianças; Cidades; Teoria Histórico-Cultural.

^{ESP} Mapas, voces y vida cotidiana: cómo se espacializa la vida de los niños en una escuela pública de Río de Janeiro

Resumen: Este artículo aborda la investigación de las narrativas infantiles que circulan por la ciudad de Río de Janeiro y llegan al Instituto de Aplicación Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). El contexto geográfico del CAp-UERJ no es el de una institución educativa regionalizada en el barrio. Esto significa considerar los movimientos de sus estudiantes, residentes en diferentes regiones de la región metropolitana, y las relaciones de movimiento y libertad que establecen con los espacios. En un intento por comprender las formas en que los niños experimentan el modelo espacial urbano y sus singularidades, buscamos estudiar caminos, territorios y paisajes cotidianos. La idea de investigar con niños implica afirmar una opción política más horizontal, basada en la espacialización de la vida de los estudiantes. Lev Vigotski y Alexander Luria, teóricos de la perspectiva histórico-cultural, fueron los interlocutores en el cotejo sobre la comprensión de los niños como seres de lenguaje, estableciendo un vínculo con la Geografía de la Infancia en lo que respecta al pensamiento de la condición humana situada en el espacio y en el tiempo, una unidad. Como metodología, trabajamos una investigación cualitativa basada en la observación y registro de las experiencias espaciales de los niños a través de cartografía, notas de campo y círculos de conversación producidos por estudiantes

1 Artigo derivado da Tese de Doutorado apresentada à banca no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação na Linha de Pesquisa Linguagem, Cultura e Processos Formativos e aprovada em 11/12/2023: VOZES NO CHÃO DA CIDADE: A espacialização da vida das crianças de uma escola pública no Rio de Janeiro.

de una clase perteneciente al quinto año de primaria. Por tanto, la condición de autoría de los niños está marcada a través de sus múltiples idiomas. La investigación permitió identificar qué lugares infantiles se constituyen en la ciudad y sus demandas de justicia existencial. Al relatar experiencias con niños en los primeros años, cobra importancia una reflexión que contribuya a los debates en torno a la influencia de la ubicación geográfica en la sociedad.

Palabras clave: Geografía Infantil; Experiencia Espacial; Investigación con Niños; Ciudades; Teoría Histórico-Cultural.

ENG **Maps, voices and urban everyday: how children's lives in a public school in Rio de Janeiro are spatialized**

Abstract: This article deals with the investigation into children's narratives circulating through the city of Rio de Janeiro and arriving at the Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). The geographic context of CAp-UERJ is not that of an educational institution regionalized in the neighborhood. This means considering the movements of its students, residents of different regions of the metropolitan region, and the relationships of movement and freedom they establish with spaces. In an attempt to understand children's ways of experiencing the urban spatial model and its singularities, we sought to study everyday paths, territories and landscapes. The idea of research with children implies affirming a more horizontal political option, based on the spatialization of students' lives. Lev Vigotski and Alexander Luria, theorists from the historical-cultural perspective, were the interlocutors in the comparison regarding the understanding of children as beings of language, establishing a link with the Geography of Childhood with regard to thinking about the human condition situated in space and in time, a unit. As a methodology, we work on qualitative research based on the observation and recording of children's spatial experiences through cartography, field notes and conversation circles produced by students from a class belonging to the fifth year of elementary school. Therefore, the condition of children's authorship is marked through their multiple languages. The investigation made it possible to identify which children's places are constituted in the city and their demands for existential justice. When reporting experiences with children in the early years, a reflection that contributes to debates surrounding the influence of geographic location in society becomes important.

Keywords: Childhood Geography; Spatial Experience; Research with Children; Cities; Historical-Cultural Theory.

Sumario: 1. Introdução: A vivência espacial e as rotinas cotidianas das crianças 2. Memórias e espacializações da infância. 3. Deslocamento e mobilidade urbana: como os estudantes acessam a escola? 4. Vivenciando a pesquisa com as crianças do CAp-UERJ. 5. Cartografias infantis e o direito à cidade. 6. Referências Bibliográficas.

Cómo citar: De Luna Chagas Costa, V., Moreira Lopes, J.J (2024). Mapas, vozes e cotidianos urbanos: como se espacializa a vida de crianças em uma escola pública no Rio de Janeiro. *Sociedad e Infancias*, 8(1), 11-24 <https://dx.doi.org/10.5209/soci.93362>

1. Introdução: A vivência espacial e as rotinas cotidianas das crianças

Vamos começar pela ideia de que mapas nos dão a ideia de uma realidade guardada, um instrumento que representa a unidade entre o ser humano e o espaço. Chamamos a atenção sobre como fertilizam possibilidades de compreender a cidade pelo olhar de quem se desloca. Particularmente, não há como ignorar a riqueza da leitura e interpretação do espaço concebido pelas interpretações cartográficas das crianças. Ao viver na cidade, cartografam seus deslocamentos, e como andantes usam o espaço, produzem saberes e se expressam espacialmente.

Acreditamos que o espaço vivido não é o palco das ações humanas, mas torna-se fundamental para revelar os seus usos e a distribuição dos fenômenos. As crianças vivenciam o espaço como processo e não como local de passagem ou superfície ocupada. Dessa forma, o espaço não deve ser concebido como métrico, como extensão, mas como intensidade. Esclarecemos ainda que noções comuns como próximo ou distante, entre outras, nem sempre coincidem com os recortes espaciais tradicionais idealizados pelos adultos. Neste sentido, ressaltamos que a territorialidade infantil dá sentido à vida individual e coletiva.

Afirmamos, portanto, que todas as pessoas possuem uma dimensão histórica, marcada por diferentes temporalidades que se cruzam e possuem também uma dimensão geográfica, criada por diversas espacialidades que se expressam em paisagens, territórios, lugares, regiões, redes, entre outras. (Lopes, 2022: 7) Por isso em nosso ponto de vista é fundamental reconhecer as vivências do cotidiano ao se articular com a escola. Os mapas, numa visão ampliada, se caracterizam como um instrumento que nos permite uma reflexão epistemológica para a compreensão de uma prática cartográfica que trata da vida. Como objeto social e político, entendemos por esta ótica que a cartografia está para além de uma técnica, mas uma prática social com artefatos que já fazem parte da cultura de quem o produz. São linguagens que possuem uma estética própria. Os mapas refletem apreensões sobre o mundo real e por isso são objeto de disputa.

Relacionamos mapas a informações sobre o espaço geográfico, e mesmo que os mapas ditos oficiais apresentem uma linguagem visual e elementos próprios, parte da sociedade e suas formas de viver são ignoradas. Os seja, há um conjunto de associações que sustentam, de certa forma, a naturalização da ideia de mapa. Podemos dizer ainda que os mapas trazem apenas alguns pontos grafados no espaço geográfico que já existe. Finalmente, todo o mapa tem um discurso.

As cartografias infantis permitem diferentes abordagens, inclusive aquelas que tentam responder as demandas que emergem do cotidiano pois crianças devem ser vistas como ativas na construção de sua vida social. São expressas quando estes sujeitos desenham suas espacialidades. Neste sentido, Lopes (2022) aponta para a emergência da “justiça existencial”, uma justiça que reconheça as crianças como pessoas em atividades autorais criadoras. Quando falamos sobre a vivência espacial das crianças, emergem questões que não se restringem a “locais” no espaço, mas ao todo, ao seu interno e externo e em seus contínuos, pois as unidades espaciais vividas não são ilhas isoladas, mas continentes que se estendem além de pontos fixos para criarem uma unidade histórico-geográfica. Em seus mapas, mostram a periferia. Esse é um recorte democrático da cidade e precisamos lembrar que existem muitas inscrições sobre a cidade, pautadas em um olhar colonial. Por outro lado, a vivência dos elementos das paisagens cruzam diversos sentidos: olfato, tato, audição, paladar são acionados em sua plenitude e não em seus isolamentos, temos reconhecido essa situação por vivências intermodais na cidade.

Foi desse lugar, como professores, que nos posicionamos na investigação com as crianças. Ainda que essa ideia seja minoritária no meio acadêmico, consideramos que a Geografia precisa ler a sociedade e a manifestação da cultura também através da espacialização infantil, um dos argumentos centrais desse artigo.

Esclarecemos que na vivência do espaço as crianças não estão construindo outros espaços dentro do espaço, mas produzindo uma espacialidade não existente. Dessa forma, faz-se necessário o reconhecimento da comunidade de criança, do sentimento de identidade e pertença, que faz a separação delas com os outros grupos sociais, na medida em que existem artefatos, locais criados no espaço, movimentos que são típicos de crianças, reconhecidos e nomeados por elas.

Tendo em vista estas preocupações, o artigo discute temas que consideramos urgentes e necessários. No primeiro, abordamos os marcos iniciais de onde derivam a investigação. Daí a contribuição singular para pensar a cartografia e a geografia. Nos dedicamos a trazer algumas memórias tecidas numa cartografia não tradicional. São narrativas de crianças moradoras da região metropolitana do Rio de Janeiro. Com base nos mapas vivenciais, vistos como galerias, discutimos o alargamento da visão sobre a produção cartográfica, marcadamente adultocêntrica. Ainda que os mapas sejam conceituados como uma parte da superfície terrestre, trata-se de uma representação e os desenhos das crianças demonstram isso. São formas de grafar o espaço não restrita a especialistas, caracterizada pela autonomia de seus autores.

Figura 1. Mapa individual elaborado pela estudante Kay



Figura 2. Mapa olfativo elaborado pela estudante Kay



Para que se possa estabelecer com clareza a imagem e a cultura espacial das crianças, foi fundamental refletir sobre a diversidade dos mapas produzidos. Com isso, podemos dizer que os mapas abordaram os trajetos pela cidade a partir de diferentes sentidos e experiências. Os sons apareceram como uma marca do vivido, típico de lugares onde as vidas se entrelaçam. Das janelas de suas casas, escolas e nos transportes foi possível captar essas narrativas. Falamos de crianças imersas num mundo farto de linguagens humanas. Em seus deslocamentos os cheiros foram tomando forma, sendo espacializados. Numa cidade litorânea como o Rio de Janeiro, consideraram os os cheiros presentes no espaço.

Com base nas narrativas infantis e seus repertórios sobre a cidade de modo autoral, foi possível caracterizar a expressão do espaço geográfico e da paisagem, questionando a mobilidade urbana e a função acolhedora da cidade. Outro tema importante foi a reflexão sobre os problemas citadinos e as injustiças sociais, reflexo das ações do Estado.

Buscamos uma metodologia que abarcasse o registro das vivências espaciais e para isso lançamos mão da observação em campo e o reconhecimento dos dados produzidos, seja através da autoria cartográfica, das conversas oralizadas sobre as representações espaciais ou mesmo das notas observadas nestes eventos. Em razão da amplitude da pesquisa qualitativa, empreendemos esforço no sentido de apresentar as diferentes formas de infância na cidade, priorizando os espaços de moradia e a escola. Diante disso, destacamos como preponderante para a pesquisa qualitativa o desenvolvimento da prática interpretativa, permitindo como abordam (Bogdan e Biklen, 1994) que o pesquisador atue como um elemento chave na escrita, sendo necessário que ele esteja no campo de trabalho para aprender a realidade a ser estudada, numa perspectiva onde há uma preocupação maior com o processo do que com o produto. Como corolário da estratégia qualitativa, assumimos que depois de produzir os dados do campo foi necessário criar categorias de interpretação, evitando assim a universalização dos dados. Logo, a pesquisa apresentou o contexto pesquisado.

Na prática, foi realizada uma pesquisa com crianças de faixa etária estimada de onze anos de idade, onde, após autorização do Conselho Departamental de Ensino Fundamental do CAP-UERJ e do assentimento das famílias e estudantes foram realizadas rodas de conversa como estratégias de pesquisa, além da produção de imagens, mapas vivenciais e registro de campo, frutos desse movimento naturalístico, numa tentativa de não universalizar os dados, mas valorizar o contexto pesquisado e o cotidiano vivido pelos sujeitos.

É relevante dizer que a presente pesquisa foi submetida a Comissão de Autorização de Pesquisa do CAP-UERJ e teve seu parecer aprovado para o desenvolvimento das atividades. Elaboramos um roteiro de partida com os estudantes da turma com o objetivo de levantar algumas questões relacionadas ao seu perfil, como gênero e idade. Com o prosseguimento da pesquisa, tivemos a ideia de solicitar que os estudantes não fossem nominados, isto é, não tivessem seus nomes divulgados. Reiteramos que os nomes das crianças foram substituídos por seus codinomes, escolhidos pelas próprias no momento inicial da pesquisa.

Tabela 1. Caracterização das crianças participantes da pesquisa

Codiname ²	Gênero	Idade (anos)	Bairro	Deslocamento casa-escola-casa	Tempo de deslocamento
Bideer	Feminino	10	Freguesia	Carro	50 minutos
Bleybade	Masculino	10	Rio Comprido	A pé	10 minutos
CR7	Masculino	10	Tijuca	Ônibus	50 minutos
Elza	Feminino	10	Rio Comprido	A pé	15 minutos
Gesembergui	Masculino	11	Bonsucesso	Ônibus	1 hora
Goku	Masculino	11	Tijuca	Van	30 minutos
Joquinhas	Masculino	10	Botafogo	Van	10 minutos
Kay	Feminino	10	Estácio	Moto	5 minutos
Neymar	Masculino	10	Tijuca	Ônibus	20 minutos
Popoquilda	Feminino	10	Niterói (Centro)	Carro	1 hora
Rei	Masculino	10	Laranjeiras	Van	50 minutos
Sonic	Masculino	12	Bonsucesso	Ônibus	1 hora
Sosi	Feminino	10	Engenho Novo	Van	1 hora
Tafarel	Masculino	11	Rio Comprido	A pé	2 minutos
Tubarão	Feminino	11	Estácio	Moto	9 minutos
Van der Sar	Masculino	10	Jacarepaguá	Carro	1 hora
Van Dijk	Masculino	10	Rio Comprido	A pé	15 minutos
Vick	Feminino	10	Madureira	Carro	1 hora
Zé	Masculino	10	Vila Isabel	Ônibus	20 minutos
Zelinha	Feminino	10	Jardim Botânico	Carro	40 minutos

Fonte: Criação própria. (2023).

Foi possível notar ainda que os indicadores sociais nos ajudaram a pensar nos direitos das crianças. As infâncias possuem peculiaridades, pois nessa etapa da vida a criança traz consigo diferentes habilidades e uma capacidade de reflexão sobre o espaço que não deve ser desconsiderado. Pensando em tais aspectos, as situações de aprendizagem sobre a cidade revelaram realidades culturais diversas.

Também acreditamos na existência de múltiplas Geografias. Tratamos de uma Geografia da Infância, da pesquisa com as crianças moradoras da região metropolitana do Rio de Janeiro. Procuramos compreender o que as crianças urbanas vivenciaram em seus deslocamentos a partir desta escala, buscando evidenciar as questões habitacionais e a organização das estruturas familiares. Neste contexto, a pesquisa buscou envolver a dinâmica familiar e os deslocamentos urbanos. Assim, ao falar em deslocamentos, assumimos que trajetórias de vida são implicadas por questões socioespaciais na cidade. Por outro lado, reivindicamos a interpretação sobre o saber urbano pelas crianças. Aspectos sobre as vivências das crianças através dos mapas foram analisadas, buscando compreender suas singularidades e relações territoriais.

2. Memórias e espacializações da infância

Invento para me conhecer.
 Eu só faço travessura com palavras.
 Não sei nem me pular quanto mais obstáculos.
 Escrever o que não acontece é tarefa da poesia.
 A infância da palavra já vem com o primitivismo das origens.
 Eu gosto do absurdo divino das imagens.
 Manoel de Barros

Reproduzimos parte dos versos de Manoel de Barros como modo de ilustrar, de forma prática, a força da linguagem e das autorias infantis, suas distintas enunciações. Consideramos uma bela reflexão sobre a força das palavras na cultura infantil, presentificada no espaço e na vida. São as palavras que criam fatos em forma de evento. Bakhtin (1997) também comentou sobre isso ao marcar essa diferença: a enunciação é a língua vivendo a vida, resposta constante ao mundo que nos interroga quando chegamos e o habitamos. A vida se espacializa e cria raízes, fazendo fronteira com a cultura num mundo social que nos admite quando nascemos. Ao nascer no mundo nascemos num fluxo discursivo. Minha primeira linguagem, enunciação já é uma resposta ao mundo que pré existe. A consciência não se constitui em mim mas não relação, num processo.

2 Durante a pesquisa, consideramos firmemente a construção da identidade dos estudantes e seus espaços de vivência. No entanto, não relacionamos neste trabalho o pertencimento étnico-racial das crianças. O recorte do que queremos mostrar se limitou aos bairros de moradia e seus deslocamentos.

A constituição da linguagem humana ao ser elaborada traz a ideia de um significado marcado por ideologia e afeto intelecto. Aprendemos a palavra contextualizada e em contato com a cultura. Ao olhar o ser humano é importante olhar para a semântica da vida humana.

Ao nos situar dentro da pesquisa questionamos quais seriam os lugares das infâncias que serviriam como referenciais para a espacialização? Seria possível narrar uma trajetória como vivência, isto é, um modo de habitar e perceber a realidade? Ao propor esta forma escrita biográfica, buscamos demarcar um lugar na pesquisa que se oponha a ideia de uma suposta neutralidade acadêmica. O que a pesquisa qualitativa pretende é introduzir uma lógica que se oriente pelo contexto em que ocorre, ou seja, busca compreender a condição da vida espacializada, no processo. Bogdan e Biklen dizem que é preciso:

Ao recolher dados descritivos, os investigadores qualitativos abordam o mundo forma minuciosa. Muitos de nós funcionamos com base em “pressupostos”, insensíveis aos detalhes do meio que nos rodeia e às presunções que nos guiam. Não é raro passar despercebidas coisas como os gestos, as piadas, quem participa numa conversa, a decoração de uma sala e aquelas palavras especiais que utilizamos e às quais os que nos rodeiam respondem. A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo. (Bogdan e Biklen, 1994: 49)

Pensamos que é fulcral reconhecer que inquietações ao longo da vida podem se tornar questões de pesquisa. Narrar os lugares de infância tornam-se uma condição para iluminar nossas memórias e estão carregadas de um sentido de cidade. De início, vale comentar que esse conceito chave não pode ser compreendido sem que haja vivência. Um ponto que nos parece importante destacar é que o esforço por retomar a infância busca um ato de ler o mundo, produzindo testemunhos sobre as paisagens. Nesse processo, as crianças experimentam a sensação de lugares, de territórios. Sejam espaços dados, vedados ou entrelugares, o que as crianças vivenciam em suas relações com outras são as multiplicidades de possibilidades do uso desse espaço. Convém dizer que esse movimento não nega momentos de conformidade, de aceitação de arranjos sociais pré-existentes.

Para Abreu (1998) a memória de uma cidade pode ser definida como “um elemento essencial da identidade de um lugar” bem como o “locus do coletivo, do intersubjetivo”. São pequenos fragmentos de memórias individuais onde a identidade forjada se liga a vida naquele espaço-tempo. Estou falando da ideia de que o lugar possui uma singularidade que não pode ser abolida. Destaca-se o fato de que Abreu (1998) converge em favor da tese de que o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Trata-se de uma materialização através da paisagem, ilustrando sua identidade e associado as raízes. Neste sentido, a memória urbana estaria revalorizada por inúmeros agentes, ainda que esse movimento ocorra em um país que durante muito tempo apostou em projetos modernizadores como forma de apagar a história de suas cidades.

O geógrafo humanista Tuan (1974) também observa que o lugar pode ser compreendido como um espaço onde se estabelecem as relações afetivas, a partir da noção de topofilia. Vale reiterar que na visão do autor, o conceito tem relação com a liberdade de movimento que se tem no espaço ocupado, onde os sujeitos alcançam a sensação de identidade. Tuan (1983) em seu texto extremamente fértil alargou o conceito e teceu uma crítica aos estudos que liam o espaço geográfico somente pelas lentes da racionalidade se referindo ao lugar como “um mundo de significado organizado”. Os espaços tornam-se lugares com o tempo, à medida que se estabelece a identidade e seus símbolos, perpetuados pela memória. Para os geógrafos humanistas, o lugar é definido pela sua subjetividade, em oposição ao racionalismo objetivo. Acreditavam na existência de uma relação entre o espaço, os indivíduos e sua cultura.

A geografia crítica traz uma perspectiva que chama a atenção para o conceito de lugar. Trata-se de uma construção social localizada, não apenas um ponto geográfico. Possui a dimensão do espaço vivido, definido por relações sociais. Santos (1994) descreve o lugar como um conjunto de oportunidades que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz.

Consideramos a memória durante a infância um elemento constituinte da identidade dos lugares citadinos e, portanto, a essência das ruas dos bairros será retratada por esse resgate de modo individual. Lopes (2021) nos mostra que existem peculiaridades em cada um de nós, com vivências individuais específicas, partilhadas, sempre na coletividade. Neste sentido, pensamos que as crianças expressam suas diferenças nos seus contextos relacionais em unidade com os muitos mundos que fazem parte de seu viver.

Bakhtin (1997) enfatiza que a linguagem não pode ser dissociada do viver. Está ligada ao diálogo, como também aos afetos, valores e saberes. A ciência e a vida devem ser entendidas como campos da cultura humana em articulação. Concordando com o autor e percebendo as expressões infantis, consideramos que o registro da vida desses estudantes em uma cartografia representa a oportunidade de compor suas galerias, proporcionando-lhe um envolvimento com a prática constante de demarcar a topogênese.

Nesta perspectiva onde o nascimento do lugar emana nas pessoas, a geografia da infância traz como ponto de referência o processo de vivência dos elementos espaciais como uma forma própria de empiricamente compreender a realidade. Pois bem, o que se propõe é a autonomia espacial, que gira em torno do melhor uso dos recursos para se localizar no espaço.

Entendemos que o estudo geográfico não deve isolar os elementos, mas trabalhar suas inter-relações. Portanto, é fundante para os estudos da infância que haja um enfoque sobre esses registros – aromas, sensações, cores – como marcas de suas vivências espaciais. Trata-se, sobretudo, de assumirmos um compromisso político.

A criança não começa sua história do ponto zero. Desde o seu nascimento, chega ao mundo que preexiste e ao chegar nessas paisagens as interpreta, aprendendo não só o que lhe é apresentada, mas seu contexto, o que chamamos de sociocognição. Esse desenvolvimento pessoal acontece a partir das relações tecidas no mundo de cultura, no plano social em que se encontra. Vigotski, na esteira do método instrumental em psicologia nos ajuda a compreender com profundidade essa relação com os objetos:

Os objetos psicológicos são criações artificiais; estruturalmente são dispositivos sociais e não orgânicos ou individuais; destinam-se ao domínio dos processos próprios ou alheios, assim como a técnica se destina ao domínio dos processos da natureza. (Vigotski, 1999: 93)

Numa visão marxista (Newman e Holzman, 2014) abordam a capacidade humana de fazer mediações para agir no mundo, ligada à reflexão. Se, de acordo com as teorias clássicas predominam os ideais de total controle em seu rigor científico, o ser humano passaria a ser observado apenas por sua condição biológica. O nosso propósito é sublinhar a teoria histórico-cultural, uma perspectiva que considera o anúncio do viver, indica que retoma a capacidade de considerar o sujeito em seu contexto.

Mesmo no ambiente escolar, acreditamos que a criança traz referências do mundo em que vive. Cabe neste momento defender que nesta perspectiva, o conceito de rigor reside em respeitar de maneira ética as narrativas, repertórios e enunciados das crianças. São procedimentos de pesquisa e ideias que se posicionam no âmbito da Geografia da Infância.

3. Deslocamento e mobilidade urbana: como os estudantes acessam a escola?

Nos deteremos aqui a situar geograficamente onde a escola está inserida. O Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira é um dos lugares da pesquisa com as crianças. Geograficamente o CAP-UERJ tem em seu entorno algumas favelas, paisagem semelhante ao que se apresenta em diversos bairros da Zona Norte. É preciso considerar que o bairro do Rio Comprido, de acordo com o Índice de Progresso Social da Cidade do Rio de Janeiro (IPS), realizado em 2023, ocupa a 102ª posição entre 162 bairros da cidade. Essa disparidade geográfica refletida pelos indicadores que consideram inclusive a segurança pessoal dos moradores tem impacto na vida. Casos de violência são comuns na região e figuram nos meios de comunicação.

O Instituto de Aplicação funciona como uma instituição de ensino pública, uma unidade de educação básica que tem por finalidade a formação docente inicial e continuada, em parceria com outras unidades acadêmicas da Universidade e a promoção de educação de qualidade, de atividades voltadas para a pesquisa em ensino e educação, da extensão universitária e que marca a cultura na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Apesar de próximo a região central da cidade, exige conexões.

A provocação que atravessa esta pesquisa consiste na necessidade de documentar as vivências espaciais infantis na cidade numa condição de autoria, que acontece quando tomo consciência da situação. Neste sentido, consideramos como vivências as diversas formas de ser e estar das crianças no espaço pois quando a criança passa a grafar sua autoria cartográfica, cria um guardador de memória daquele lugar. De qualquer modo, estas relações espaciais são axiológicas, sendo necessário reconhecer que não é possível pensar infâncias desconsiderando suas espacialidades. Mesmo chegando a um espaço previamente elaborado, dado, o momento inaugural/autoral infantil está sempre presente, o que possibilita a reescrita constante de paisagens, territórios e lugares.

Sabemos que nos estudos urbanos, a dimensão do transporte e dos deslocamentos sempre foi algo marcante, no texto clássico de Abreu (1987) ele já apontava essa situação da expansão urbana do Rio de Janeiro, como sendo uma das marcas que irá transformar o espaço. No mesmo livro, o geógrafo aprofunda esta relação da estrutura urbana e rede de transportes peculiar ao Rio de Janeiro:

O caso da Área Metropolitana do Rio de Janeiro, como o da maioria das cidades capitalistas dependentes, não se enquadra nesse contexto. A área central não só tem nessas cidades um valor simbólico importante, como essa importância é decorrente do fato de ser nessa área, e nas suas proximidades, que tradicionalmente se concentram as funções de direção e de residência das classes dominantes. Ademais, ao contrário das cidades americanas, a área central e suas proximidades, quando vistas temporalmente, tendem a adquirir valores monetário e simbólico, ainda maiores, solidificando ainda mais as características descritas acima. Para isso contribuem tanto a inexistência de um bom sistema de transportes, como a oferta restrita de serviços públicos, que fazem com que a população abastada resida em áreas densamente povoadas (como é o caso do Rio) e não em subúrbios bucólicos, como pressupõe o modelo ecológico. (Abreu, 1987, p.9)

Os bondes e trens definem os vetores de expansão da cidade, principalmente a partir de 1970. Já o conceito de subúrbio data do século XX. Este entendimento é importante, pois a cidade a partir das reformas cresceu em direção à Zona Sul, concentrando bairros onde residem parte dos estudantes da atual turma pesquisada. Daí pode se inferir o imaginário e a subjetividade das crianças sobre os deslocamentos, ao apontar situações vividas num cotidiano urbano. É também nossa intenção aqui discutir a falta de participação das crianças no planejamento das cidades. Tentamos colocar luz sobre a forma de olhar a gestão territorial da cidade no período contemporâneo considerando a perspectiva das crianças, não considerados como agentes de produção do espaço.

Sem dúvida, o estabelecimento de um plano diretor como régua privilegiada da política urbana instituiu ações, normas e procedimentos. O documento demonstra a necessidade de garantir a participação popular de entidades que representem todos os segmentos da sociedade. O desenho dessa composição ainda é

complexo, porque significa considerar as crianças como parte da população e, como consequência, registrar suas necessidades de modo oficial. No entanto, ao analisar as mais de cem páginas do plano que está em vigor, apenas duas menções:

XII – adoção, em todas as intervenções urbanas públicas e privadas, de conceitos relacionados à segurança dos pedestres, ciclistas e usuários de outras formas de mobilidade ativa, em especial as mulheres, crianças e idosos;

XVI § 2º – A distribuição dos equipamentos públicos se fará de forma socialmente justa e equilibrada, de acordo com as necessidades regionais e as diretrizes para o desenvolvimento urbano, uso e ocupação do solo definidas para cada Macrozona de Ocupação definida por este Plano Diretor, com atenção especial para as áreas ocupadas pela população de baixa renda, da população adulta em situação de rua e os equipamentos que promovam os direitos e o lazer de crianças e adolescentes, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência e idosos.

(Plano Projeto de Lei Complementar Nº 44/2021 - Revisão do Plano Diretor)

Nesse sentido, o plano diretor que serve como base das políticas urbanas está atrelado a uma agenda tímida, ao não priorizar os direitos infantis. Com efeito, existem medidas que estimulem a participação das crianças nas etapas de planejamento e implementação de políticas específicas. Vale a pena registrar que desde o ano de 1996 a UNICEF e a UM-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos) lançaram a Child Friendly Cities Initiative³. A iniciativa é definida como um apoio aos governos municipais na realização dos direitos das crianças em nível local, tendo como marco político a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. No caso específico da organização, é uma proposta que reúne diversos atores da sociedade civil como forma de garantir serviços públicos: governos, setor privado, universidades, mídia, e principalmente as crianças. O objetivo geral é a prevenção da violência infantil através de uma ação integrada que promova ofertas de lazer, saúde mental, oportunidades de aprendizagem e serviços de proteção à criança. A intenção da UNICEF buscou que estas linhas de ação fossem integradas ao plano diretor do município.

Na edição 2022-2024, a iniciativa está sendo implementada em 8 territórios de oito capitais brasileiras⁴. Os dados consultados indicaram que a cidade do Rio de Janeiro foi contemplada, concentrando as discussões a partir do bairro da Pavuna, território localizado na Zona Norte e que apresentava elevados índices de violência. É importante considerar que esta ação também buscou sensibilizar a comunidade a participar de forma mais ativa.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal responsável por produzir e divulgar as informações demográficas do Brasil, indicou que o Rio de Janeiro é a segunda Unidade da Federação mais metropolitana, perdendo apenas para São Paulo. De acordo com o último censo demográfico, realizado pelo IBGE em 2022, a taxa de urbanização era de 99,5% e evidenciou o forte fluxo populacional entre a capital e as cidades do seu entorno. Outro componente relevante evidenciado no censo diz respeito a mobilidade urbana, em que foram pesquisados e computados dados que indicaram os fluminenses nas primeiras colocações do ranking brasileiro quando o assunto é tempo perdido no deslocamento entre casa e local de trabalho/estudo. Os economistas Pero e Mihessen (2013) observaram que a mobilidade urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no que tange o tempo de deslocamento médio de deslocamento era a pior do Brasil.

Tabela 2. Distribuição da população por faixa de deslocamento⁵

Tempo de deslocamento	Brasil	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Até cinco minutos	12,7%	5,1%	5,8%
Até meia hora	52,2%	31,6%	32,1%
Até uma hora	23,6%	34,6%	33,5%
Até duas horas	9,8%	23,3%	23,2%
Mais de duas horas	1,8%	5,3%	5,5%

Fonte: Pero e Mihessen (2013).

Dessa maneira, não se pode perder de vista que o tema mobilidade impacta na qualidade de vida da população. A tabela demonstra que aproximadamente 23% do contingente populacional com idade superior a dez anos com alguma ocupação demoram mais de uma hora para alcançar o local desejado. Ao comparar as estatísticas entre duas grandes capitais brasileiras, é possível verificar que as condições de transporte nos colocam diante de um problema estrutural.

3 Iniciativa das Cidades Amigáveis às Crianças, em inglês.

4 Além do Rio de Janeiro fizeram parte deste movimento: Distrito d'Água, em Belém (Pará), Jangurusu, em Fortaleza (Ceará), Colonia Antonio Alexio em Manaus (Amazonas), Iburá, em Recife (Recife), Valéria em Salvador (Bahia), Cidade Operaria em São Luis (Maranhão) e Cidade Tiradentes em São Paulo (São Paulo).

5 Dados referentes ao censo demográfico do Brasil de 2010, identificado como a 12.ª operação censitária realizada em território brasileiro.

Tradicionalmente o conceito de movimento pendular faz parte das linhas de pesquisa em Geografia Urbana. É interessante apontar que as crianças pesquisadas estabeleceram uma relação com a escola, e seus deslocamentos assumem importância. São sujeitos que por conta do movimento intrametropolitano gastam mais tempo em seu deslocamento diário até a escola do que em trajetos mais longos ao considerar apenas a distância a ser percorrida, ou seja, uma contradição que se revela no contexto citadino. Assim, falamos de uma cidade que se expande gerando cada vez mais engarrafamentos e tensões, mas não melhora proporcionalmente sua estrutura de mobilidade.

Essa falta de repertório na rede de transportes atingiu as crianças que chegam ao CAP-UERJ. Suas famílias também sofrem este impacto negativo, pois as rodas de diálogo, ricas em apresentar as vivências espaciais, também revelaram uma necessidade de organização e planejamento financeiro para acompanhar os estudantes até o colégio. Vale a pena apontar que somente dados oficiais como os do IBGE⁶ não são suficientes para explicar as situações de vida.

Durante a pesquisa identificamos pelo menos três casos em que houve a necessidade de mudança de residência para o bairro onde se localiza a escola, ameaçando as vivências comunitária e familiar. Porém, se esse é um tema que tem debatido em alguns campos de conhecimentos, entre eles a Geografia, olhar como as crianças se envolvem com esse processo, ainda se revelam a presença de poucos estudos. Como um dos habitantes e seres de urbanidades, como autores e produtores de culturas geográficas (topogênese), reconhecemos a importância de escutar, sensivelmente, essas palavras outras e compreender suas concepções, suas vivências nos movimentos cotidianos, eis um dos aspectos da Geografia da Infância.

É importante situar o que aqui entendemos por Geografia da Infância. Trata-se de um movimento de transformação que repensa as expressões geográficas ao olhar as infâncias no Brasil e ao mesmo tempo considera as lógicas das crianças, geografias produzidas por elas na dimensão de um espaço em disputa. Conforme Lopes (2018) a Geografia da Infância busca dialogar com as crianças e suas infâncias, tendo como ponto de partida essas espacialidades. Lendo a sociedade pela geografia como área de conhecimento, emergem os conceitos de espaço geográfico, paisagem, território e lugar.

Lopes e Vasconcellos (2005) argumentam que a Geografia da Infância não surge como uma divisão da ciência geográfica, mas uma área de pesquisa e estudos que considera o espaço como componente da formação humana. Enquanto campo teórico, pensam no termo como uma contribuição para os estudos da infância que emana das culturas infantis contextualizadas nos diferentes territórios, principalmente os grandes centros urbanos.

De modo geral, a Geografia da Infância parte do pressuposto de que a criança é um ser histórico-cultural, afirmativa comumente popularizada nos discursos contemporâneos, contudo agrega também ao debate a condição geográfica da infância.

Para pensar as questões ligadas às Geografia(s) da(s) infância(s), reafirma-se a relevância do espaço/tempo na configuração da infância, ou seja, a infância de que se fala, narrada em sua condição cronotópica (Bakhtin, 2004), que marca profundamente as fronteiras e a alteridade das crianças no mundo. (Lopes e Fernandes, 2018, p.208)

Nessas geografias, a relação de alteridade é uma das formas de nos resgatar do esquecimento, pois exige uma escolha de que temos que estar com o outro e as coisas que o envolvem. São eventos humanos que ocorrem no tempo e no espaço e ficam numa fronteira. As crianças se expressam como qualquer ser humano em seu viver, através de momentos inaugurais. Há que se considerar ainda uma incompletude não como algo que falte, mas como força.

Para ser mais preciso: A base dessas geografias da infância é demarcada por alguns argumentos fundamentais, entre os quais pode-se destacar três: o primeiro é que o espaço é uma dimensão significativa nos estudos que buscam colocar as crianças como sujeitos protagonistas nas sociedades em que vivem; o segundo é que o processo de humanização das crianças, o seu "ser e estar" no mundo porta também uma grandeza geográfica; e o terceiro refere-se a forma como nós, individual ou coletivamente, concebemos o espaço, constituem ligações que interferem nas novas formas de ver, compreender, agir com as crianças e na produção de suas infâncias.

4. Vivenciando a pesquisa com as crianças do CAP-UERJ

A criança se ocupa em viver a sua infância.
Conhecê-la pertence ao adulto.
Dominique Colinviaux

Retomamos a questão central que abre esta pesquisa, que é compreender como a cidade emerge na vida das crianças a partir de seus deslocamentos. Como temos o objetivo de acessar suas vivências espaciais através das narrativas, demarcamos aqui o CAP-UERJ como um espaço de ser e estar no mundo, um dos principais ambientes vividos e que remonta as paisagens da infância.

Durante a pesquisa de campo, pedimos para as crianças que indicassem, caso soubessem, o seu bairro e o município onde moravam com o objetivo de tensionar os modos de pensar os deslocamentos. Neste cenário onde o mundo da criança se alarga através das relações, um dos aspectos estruturantes para a

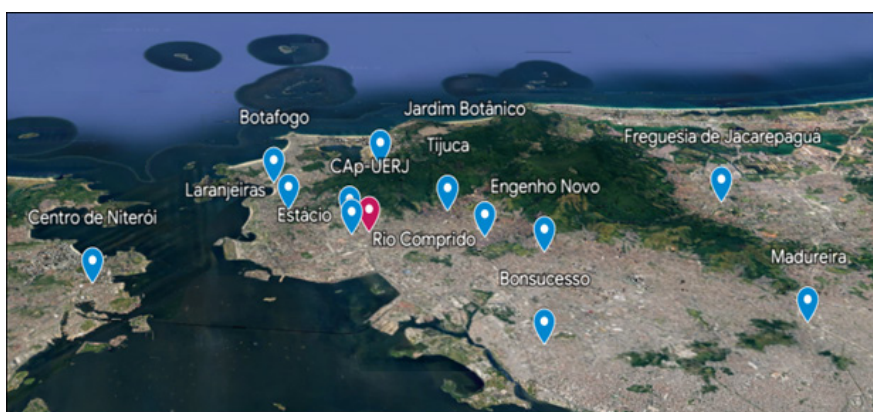
6 No Censo demográfico pelo IBGE em 2000 o quesito movimento pendular foi introduzido, incluindo a pesquisa de município de origem e destino para estudo da população residente.

realização das entrevistas, possibilidade de elaboração de mapas e rodas de conversa reside na necessidade de compreender a espacialização das crianças na cidade. Torna-se importante pensar pela geografia e dar relevância aos mapas como verdadeiros transcritores da vivências dos lugares. Foi possível neste momento perceber que alguns estudantes acessaram a escola por meio de transporte público e vans particulares, ou seja, indícios de suas espacialidades.

No decorrer da atividade também percebemos que um dos estudantes que morava na maré identificou seu bairro como Bonsucesso, aparecendo nas falas a relação com o lugar, porém não indicado nos seus escritos formais. Entendemos que dizer o local de moradia pode ser uma questão impeditiva por parte da criança e reitero que a cidade pode interditar a vida de seus moradores. Contar sobre si, sua experiência do vivido está na base das suas subjetividades partilhadas, e nos encontros houve a possibilidade de dialogarmos com o estudante especificamente sobre estes espaços. Pensar nos aprendizados que se dão até a escola ao considerar suas próprias linguagens pode ser um potente instrumento para compreensão destas vivências.

Durante o campo, percebemos que habitar mais de um espaço é uma marcada da sociedade contemporânea. Oficialmente, distribuimos uma ficha para que as crianças identificassem seu local de moradia e elas encontraram a referência de apenas um endereço, local em que predominava a compreensão sobre sua moradia.

Figura 3. Bairros de moradia dos estudantes que participaram da pesquisa.



Esse ponto nos chamou a atenção e mereceu uma compreensão mais aprofundada pois, oralmente, crianças destacaram habitar no que convencionamos chamar de moradias múltiplas. São crianças que por conta do processo de separação dos pais passam a habitar em “duas casas”. Deve-se notar que o modelo naturalizado de família nuclear, dotada de pai, mãe e os filhos no mesmo espaço, percebida por um sentido dominante do universal não reflete a dimensão plural das famílias, sobretudo ao considerar a dimensão espacial. Nesse contexto, ressaltamos que a concepção de família contemporânea está presente no modo em como se pensa o espaço urbano.

As crianças, imersas num mundo de cultura familiar específica, estão impregnadas de valores e suas relações, constituindo sua subjetividade. Dessa forma, os estudantes que transitam por mais de uma residência comumente carregam mais materiais do que os outros estudantes, justamente por acompanhar as demandas da escola em caso de mudança de itinerário ou necessidade das famílias. Esse panorama, pode ser compreendido na nota de campo que segue:

Moradias múltiplas: Perguntei as crianças como era esse movimento de voltar para casa. Um dos estudantes chamado Rei disse que era esquisito, pois a mochila precisava estar sempre cheia, com material escolar das “duas” casas. Percebi inclusive que no movimento cotidiano em sala de aula este era um dos últimos a sair, justamente porque precisava de um tempo maior na organização do material. Um segundo, Joquinhas, relatou que já estava acostumado a ter “mais de uma casa” e que as vezes acabava confundindo sua organização. As conversas revelaram ainda que seus pais, mesmo vivendo em residências diferentes estão espacialmente próximos, morando no mesmo bairro. Durante a observação do cotidiano escolar foi possível perceber objetos esquecidos em sala de aula.

(Nota de campo: CAP-UERJ, 12 de abril de 2023.)

Durante a apresentação do questionário uma pequena parte dos estudantes relatou que a família mudou de domicílio para morar mais próximo a escola, justamente para privilegiar a vida escolar das crianças, uma condição de singularidade. Já os estudantes que moram em logradouros mais distantes indicaram que observam parcialmente a paisagem no trajeto por cansaço e devido ao fato de acordarem muito cedo.

Constatamos pela leitura dos mapas elaborados pelos estudantes e por meio das transcrições integrais de falas das diferentes crianças que os entrevistados conseguiram de alguma forma registrar os movimentos pela cidade. Como habitantes da cidade, circulam e experimentam o direito de conquistá-la. As crianças estão na cidade e a cidade nelas. Mesmo que políticas urbanas as neguem, múltiplas infâncias ressoaram na pesquisa. Destes traçados urbanos emergem diferenças sociais, pois as crianças que moram em bairros mais distantes da escola revelaram que observam pouco ou não se atentam muito em relação ao trajeto e seus lugares, como o transcrito abaixo:

Vick: Não conheço muito bem os bairros até chegar na escola. Durmo no carro.

Van der Sar: Não conheço os bairros. Quando eu durmo vejo tudo preto, mas quando eu não durmo vejo o hospital que minha mãe trabalha.

Kay: Passo pelo morro do São Carlos e passo pela pracinha, lembro das pinturas da Marielle Franco na parede.

Bideer: Eu passo pela Grajaú Jacarepaguá e pelo Rio Comprido. Eu observo que dependendo dos lugares tem mais árvores no meu bairro e na Grajaú tem um cheiro ruim.

(Nota de campo: CAP-UERJ, 16 de junho de 2023.)

Desse modo, as respostas representaram a extensão urbana sobre o corpo e o tempo da criança. Falaram sobre suas emoções sobre os lugares, deixando à mostra suas origens. Ao sistematizar as informações de uma geografia que pesa na vida, também percebemos que era comum no grupo de crianças entrevistadas o relato sobre a mudança de endereço para imóveis alugados em ruas mais próximas a escola, no bairro Rio Comprido.

Neste sentido, pensamos que a escola é um fator que serve como determinante na escolha da mudança de bairros e em alguns casos, municípios, por conta do tempo empenhado no deslocamento precário e do alto custo do transporte. O que em nosso entendimento passa por uma alteração da rotina e reorganização da renda familiar em prol da trajetória educacional das crianças. São pessoas que tiveram suas espacialidades locais interrompidas bruscamente, seja por forças econômicas ou relacionadas aos deslocamentos que as obrigaram a mudar com suas famílias.

5. Cartografias infantis e o direito à cidade

Um outro bom exemplo da materialização desta pesquisa em Geografia é perceber no cotidiano urbano o extraordinário da infância pois os mapas têm como lócus o espaço urbano. São a principal linguagem da geografia. Sua construção resulta da produção de uma outra visão da cidade, sobretudo ao investigar o que as crianças urbanas consideraram como o espaço, suas paisagens em suas rotinas e trajetos, partindo de seu bairro de moradia até o CAP-UERJ. Essas considerações apontaram para uma pesquisa com os estudantes por meio de relatos de suas vivências numa escala local. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa relacional.

Como algumas concepções que emergem sobre os mapas vêm de bases positivistas, outro achado no processo de investigação foi o reconhecimento de outras cartografias, ancoradas nas formas infantis de representação e imaginação da realidade social pelas crianças. A ideia que impera é que a linguagem cartográfica representa a realidade. No entanto, entendemos que a realidade é polissêmica e os saberes infantis, em sua riqueza e complexidade, devem ser considerados e nelas pensar e garantir formas de registrar os espaços que trazem as suas cartografias singulares carregadas de elementos do viver. Assumimos esta perspectiva na pesquisa pois todo mapa é um texto, uma forma de descrever o mundo.

Todas essas direções remetem a concepção vigotskiana de unidade, tendo em vista o corpo, a memória e a relação entre o plano social. Dessa forma, ao pensar na linguagem cartográfica como constituidora do humano, desse sujeito histórico, cada nova anunciação traz mais do que mudanças e repetições, mas uma condição de existência que nos permite conhecer o outro ao captar suas experiências vividas. Vigotski nos ensina que as palavras e anunciações mudam de sentido ao longo da vida.

As memórias também estão marcadas por um espaço. Ao falar da dimensão do espaço geográfico há elementos das paisagens que nos formam, fazem parte da nossa vida e se espriam para além dos sujeitos. Tenho compreendido a utilização dos mapas como uma poderosa forma de comunicação das memórias, que de acordo com quem o produz, oferecendo com riqueza de detalhes o mundo vivido. A proposta de uma Geografia da Infância passa pelo reconhecimento e difusão da produção cartográfica das crianças. Essa dimensão não prescritiva de participação precisa encarar as múltiplas possibilidades de vivenciar a cidade, como indica Lopes:

“Os caminhos infantis são muito distintos, não existe esse planejamento prévio, isso não significa que as crianças não são capazes de se envolverem em abstrações, ao contrário, são exatamente marcas de criação do novo, expressas em grande intensidade, que fazem com que suas ideias e paradigmas no mundo e sobre o mundo sejam forças que unem suas vidas em suas escalas de existir”.

(Lopes, 2023: 24)

O geógrafo chama a atenção para a complexidade das relações tecidas pelas crianças com o espaço vivenciado. No mapa seguir, mais um reflexo destas espacialidades ao narrar seus trajetos cotidianos.

Figura 4. Mapa individual elaborado pela estudante Bideer

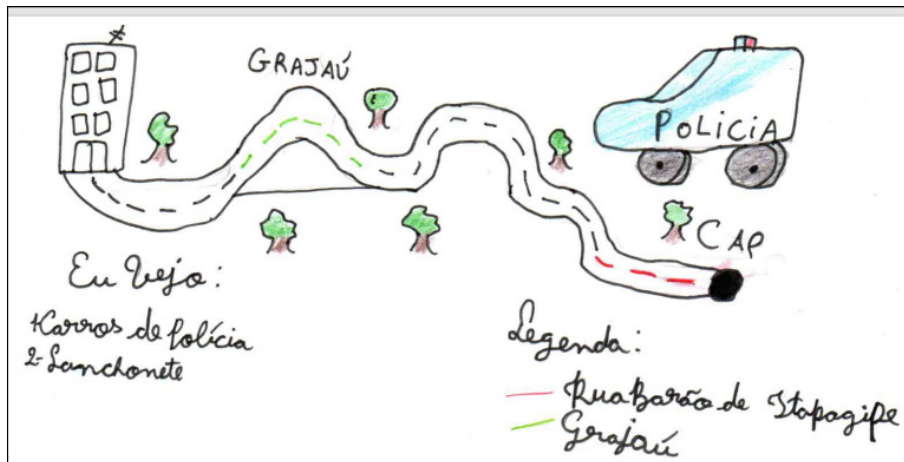


Figura 5. Mapa coletivo com sugestões de melhoria para a cidade



Estas cartografias pelas crianças são prova de uma reinvenção da cidade a seu modo pois sua representação espacial é legitimada por suas memórias e conhecimentos sobre circulação. As heranças simbólicas retratadas em seus mapas demonstram um movimento contínuo de diferenciação do espaço. Chama a atenção a complexidade da organização do espaço que as abriga e fundamentalmente a sua forma peculiar de participação na cidade, o a forma como nomearam os fixos e organizam sua vida. Qvortrup (2011) diz que as crianças também são construtoras da infância e do mundo social ao “interagir com a natureza, com a sociedade e com outras pessoas, tanto adultos, quanto pares, elas estão contribuindo para a formação quer da infância quer da sociedade”.

Queremos acentuar, sobretudo, que as crianças podem trazer a compreensão da cidade por seus sentidos. Desta forma, traduziram o modo urbano de vivenciar o chão da cidade numa perspectiva que descreveu o espaço através de seus cheiros repulsivos ou atraentes. As legendas incorporaram cores não harmônicas, mas que guardaram uma relação com os estudantes.

Representam estímulos da imaginação e a capacidade criadora das crianças. É necessário compreendermos que as crianças transformam o mundo e são transformadas por ele, que são de fato criadoras, que

suas marcas produzem cartografias. Consideramos que a criança vive o espaço, percebe como este se estrutura no cotidiano e faz inferências sobre ao representá-lo.

Como usuárias da cidade, as crianças enxergaram desde problemas no trânsito caro e precário por conta da falta de ação das autoridades até a inabilidade dos motoristas. De modo geral, as falas relativas ao potencial de uma cidade ideal captaram uma participação ativa destes habitantes, problematizando os transportes públicos e a condição da população em situação de rua, que para algumas crianças, causam medo e preocupação. Construíram expectativas para um bem viver e projetos de futuro ao entrelaçar suas subjetividades e visões de mundo. Em algumas delas, as escalas e histórias convergiram, em outras, se complementaram.

Seus saberes sobre a cidade também tensionaram a questão ambiental, visto que a necessidade de preservação dos mananciais e árvores apareceram nos diálogos. Tratam alguns espaços de brincar e equipamentos como praças e parques como verdadeiros territórios de brincar sem a interferência de outras pessoas, espaços atrelados a liberdade e onde se sentem acolhidos. No entanto, são espaços negados, desautorizados pelos adultos, que ainda negligenciam seu direito à cidade. Interessante perceber que em seus desejos o bem comum é mencionado, ao concentrar seus desejos em equipamentos públicos e no cuidado com as pessoas. Quando falamos sobre os artefatos da infância, e das maneiras como são utilizados estabelecemos de modo adultocêntrico um padrão inicial, uma função primária. Muitas vezes, o reconhecimento dos espaços seguem nesta mesma direção, ao instituir e reconhecer os espaços infantis.

Em busca de compreender as formas autorais das crianças vivenciarem o espaço da cidade em seus deslocamentos até o colégio e nos movimentos decorrentes dos problemas urbanos que se estabelecem, procuramos desenvolver uma escuta sensível sobre seu cotidiano e contexto social. Trata-se de uma lógica outra sobre a cidade. Ao assumir o espaço urbano como uma dimensão basilar da infância, faz-se necessário clarificar esse lócus da vida.

É importante apontar que expressões do espaço geográfico como a paisagem, lugar e território foram mobilizadas a partir das lógicas infantis. Desta forma, afirmamos que o colégio é um espaço de convívio, circulação e encontro entre os estudantes. Este situado como um centro de vivências e nos permitiu interrogar que relações são estabelecidas diante dos deslocamentos cotidianos. Na vivência do espaço as crianças constituíram sítios espaciais que envolveram seus fazeres nas rotinas cotidianas, condição muito presente nas atividades do brincar.

Uma das questões iniciais residiu no fato do CAP-UERJ, por ter uma localização singular, assentada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e percebida como distante e de difícil acesso para muitos de seus estudantes, provocou seu deslocamento em prol de um ensino público e de qualidade. É importante salientar que o colégio tem uma dimensão humana pois reúne crianças de várias origens, com valores diferentes e que pode irradiar conhecimentos sobre outros lugares da cidade. O estudo realizado em torno dos mapas vivenciais foi de extrema importância, pois contribuiu para a enxergar os saberes geográficos das crianças, considerando suas especificidades etárias, sentidos e vivências do espaço.

O percurso argumentativo que foi feito nos incitou a pesquisar sobre o que sentem e pensam sobre o espaço urbano, numa tentativa de romper com o topoadultocentrismo e com a invisibilidade das infâncias. A partir dessa perspectiva inicial, consideramos que uma instituição de ensino público, por não ser regionalizado no bairro, deva estar atenta as demandas provocadas pelo deslocamento infantil. São estudantes dos anos iniciais diretamente atingidos pelos impactos do transporte público que mobiliza essa temática no campo educacional, ou seja, pensar em suas necessidades e demandas.

Entendemos que a cidade desempenha um grande papel no desenvolvimento das crianças. O espaço é um meio de vivência onde o encontro com o outro produz singularidades. Nos últimos tempos alguns lugares infantis como praças, campos, parques e ruas foram se estreitando. São espaços de vida perdidos pelas crianças. Estes lugares deixaram de existir ou impedidos de serem utilizados durante a infância em detrimento de uma estrutura de vida mais privada, o que define um certo aprisionamento. As entrevistas também revelaram a sensação de preocupação e medo de algumas crianças nos percursos em razão da violência urbana, elementos que expuseram processos de desigualdade econômica, racial e social. A dificuldade em se movimentar pela cidade em virtude dos longos congestionamentos diários atingem suas escalas vivenciais, refletidas em seus mapas e discursos: cansaço, tédio e perda de tempo para realizar outras atividades aparecem na pesquisa.

Para compreender a criança em uma sociedade urbana foi preciso, então, considerar como ocorre seu deslocamento a partir de diferentes contextos sociais. Desta maneira, os mapas sonoros simbolizaram a diversidade de sua vida doméstica, formas de identificar hábitos de consumo e evidentemente, reflexos do movimento cotidiano pois considero que as crianças são produtoras de cultura e leem o mundo por suas cartografias. São trajetórias vivenciais que expressaram uma forte conexão com a natureza e preocupação a preservação com o meio ambiente, mesmo em meio urbano, onde a poluição e a sua repulsa também não foram desconsideradas. Os cheiros da cidade também reuniram nos elementos da natureza um fator simbólico que uniu diversas crianças. Foram inscrições sobre a cidade.

Para trabalhar com o ser e estar nessa realidade cidadina escolhemos algumas dimensões empíricas como habitar, circular, estudar e lazer. Foram registros valiosos das vozes infantis que podem contribuir com estudos sobre a construção de políticas públicas voltadas para o seu atendimento, ao pensar a cidade para as crianças, na direção das crianças e não sob a lógica do capital. A vivência das crianças urbanas, temática central neste artigo, possui características singulares de vida alastradas nos espaços, tempos, gentes e paisagens, e neste sentido, tudo é reunido. Por estas razões, a pesquisa foi baseada na narrativa produzida pelas crianças e na análise de mapas vivenciais, uma forma autoral do registro do espaço, por sua força

ideológica e valores. Trata-se, sobretudo, de desacostumar os espaços, onde as narrativas infantis podem conviver com a dos adultos.

6. Referencias bibliográficas

- Abreu, M. A. (1987) *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO.
- Abreu, M. A. (1998) Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras (Porto)*, 14, 77-97.
- Bakhtin, M. (1997) *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Barros, M. (2015) *Menino do mato*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Bogdan, R. C. e Biklen, S. K. (1994) *Investigação qualitativa em educação*. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora.
- Colinvaux, D. (2007) Aprendizagem e construção/constituição de conhecimento: reflexões teórico-metodológicas. *Pró-Posições*, 18(3), 29-51.
- Lopes, J. J. M. (2018) *Geografia e educação infantil: espaços e tempos desacostumados*. Porto Alegre: Mediação.
- Lopes, J. J. M. (2022) Geografia da Infância, Justiça existencial e amorosidade espacial. *Revista de Educação Pública*, 31, 1-13. <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/12405>>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- Lopes, J. J. M. Terreno Baldio. (2021) Um livro sobre balbuciar e criar os espaços para desacostumar Geografias. Por uma Teoria sobre a Espacialização da Vida. São Carlos: Pedro & João Editores.
- Lopes, J. J. M. e Fernandes, M.L.B. (2018) A criança e a cidade: contribuições da Geografia da Infância. *Educação*, 41 (2), 202-211.
- Lopes, J. J. M e Vasconcellos, T. (2005) *Geografia da infância: reflexões sobre uma área de pesquisa*. Juiz de Fora: Edições FEME.
- Newman, F. e Holzman, L. (2014). *Lev Vygotsky: cientista revolucionário*. São Paulo: Loyola.
- Pero, V e Mihessen, V. (2013) Mobilidade Urbana e Pobreza no Rio de Janeiro. *Revista do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense*. 15, (2), 23-50.
- Qvortrup, J. (2011) Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. *Pro-Posições*, Campinas, 22(1), 199-211.
- Rio De Janeiro. (2021) *Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PCRJ.
- Santos, M. (1994) *Técnica, espaço-tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec.
- Tuan, Y. F. (1974) *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Difel.
- Tuan, Y. F. (1983) *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.
- Vigotski, L. S. (1999) *Psicologia da arte*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.